



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

ANO XI - Nº 196 - 1ª QUINZENA DE AGOSTO DE 2000 - R\$ 1,00

A campanha eleitoral do PT é burguesa.

A campanha das esquerdas é eleitoreira.

**o POR chama o
VOTO NULO
PROGRAMÁTICO**

**PLEBISCITO: PELO NÃO PAGAMENTO
DA DÍVIDA EXTERNA, SÓ COM LUTA**

**Liberdade aos presos
políticos do MST!
Fim dos processos
contra os lutadores!**

**A corrupção burguesa
só pode ser punida
pelos tribunais populares**

Bolívia: retomada do ascenso revolucionário

Quinzena de luta do movimento operário

Condutores - SP

É necessário Organizar a Luta Unitária da Classe

Os motoristas e cobradores das Empresas de ônibus São Luiz e Campo Belo iniciaram uma greve no dia 6 de julho, na Zona Sul. Os condutores da Empresa Transkuba, também na Zona Sul, cruzaram os braços por uma hora. Em ambos os casos, as reivindicações eram: a) readmissão dos cobradores demitidos por causa da implantação das catracas eletrônicas; b) fim do pagamento da fominha (hora extra) fora do holerite; c) fim do desconto dos tickets por falta.

É importante lembrarmos que esses problemas não começaram no mês de julho nem são problemas que se restringem a essas empresas, mas atingem toda a classe. Outra questão importante para lembrarmos é que a categoria saiu de uma campanha salarial, onde todos os setores da direção do sindicato aceitaram um acordo que não atendia minimamente as necessidades dos trabalhadores e que anteriormente, durante a implementação das catracas ele-

trônicas, não quis organizar nenhum movimento geral da classe para combater mais esta discriminação aos cobradores, procurando desviar a luta para a ação parlamentar (ou seja, iludir a categoria que seria possível, através da pressão ao parlamento corrupto, conseguir alguma coisa).

Mas então perguntamos por que ocorreram estas greves agora e só nestas empresas?

A disputa entre as correntes levou o sindicato, dirigido pelo PCdoB, a ficar contra as atitudes radicais da greve, como a destruição de ônibus das outras empresas que eram usados para substituir os carros parados pelo movimento.

A opressão patronal empurra os trabalhadores para a greve e pressiona os grupos que dirigem o sindicato. Um deles se apoiou no movimento grevista das duas empresas contra o outro. Este movimento foi desencadeado em garagens dirigidas pela corrente **Resgate** (minoridade na direção sindical, se bem que controla importantes garagens da Zona Sul), que procura se diferenciar da atual maioria da direção sindical formada pela **Cor-**

rente Sindical Classista, com vistas às próximas eleições sindicais. Nenhum dos dois grupos, no entanto, se colocou pela generalização e unificação do movimento por toda a categoria. O grupo **Resgate**, logo após a greve, assinou um acordo com essas mesmas empresas para punir quem falta com a perda do ticket refeição.

A briga entre Gregório Poço (CSC) e Edivaldo Santiago (**Resgate**), na verdade, não resolve em nada os problemas da categoria. Nenhuma dessas correntes quer, na realidade, organizar a luta. Ambas estão interessadas no controle do aparelho sindical. É necessário criar uma verdadeira **Oposição de Luta**, que se coloque por organizar a categoria para enfrentar os patrões e defender seus verdadeiros interesses, através da ação direta, da mobilização de massa e da radicalização das ações, não se iludindo com o parlamento e a justiça, que só beneficiam a patronal.

É necessário organizar a luta unificada de todas as garagens e não ficar na disputa aparelhista de Gregório e Edivaldo!

Quinzena de luta do movimento camponês

Ceará

VIOLÊNCIA DO LATIFÚNDIO MATA TRABALHADOR RURAL

O dia do trabalhador rural no Ceará, foi marcado por mais um ataque dos latifundiários contra os camponeses sem terra. Um trabalhador foi assassinado e outros nove foram feridos à bala em Ocara, por oito pistoleiros armados de revólveres e escopetas a serviço dos "donos" da Fazenda Serrote. O camponês assassinado, Francisco Aldemir Mesquita, de 28 anos, levou um tiro na cabeça e outro, a queima-roupa, na região abdominal. Os outros feridos foram atingidos nas costas e nas pernas por fragmentos de chumbo. Entre eles há três crianças e uma camponesa grávida de quatro meses.

A Fazenda do Serrote está em processo de desapropriação e os trabalhadores sem terra estão alojados no acampamento Lagoa do Serrote, área vizinha à fa-

zenda, com 30 famílias (150 pessoas, sendo 64 delas com menos de 10 anos de idade), que vivem do plantio de milho, feijão e mandioca. O MST chegou ao local em outubro do ano passado. Na época, ocuparam a própria Fazenda Serrote (932 hectares). No entanto, os trabalhadores saíram iludidos com a promessa de vitória em 30 dias, que só ocorreu sete meses depois, a 5 de julho, confirmando as terras como improdutivas. Enquanto isso, os trabalhadores faziam a colheita do que foi plantado na fazenda e utilizavam um dos três açudes. Foi numa das idas para buscar água que os trabalhadores foram emboscados pelos pistoleiros contratados pela fazendeira Jacinta Abreu.

Esse crime de classe não é uma ocorrência isolada. De 1985 a 1999, foram assassinados em conflitos de terra, no Ceará, 13 trabalhadores rurais, ficando feridos com lesões corporais 1.634, sendo presos 98 e ameaçados de morte 94,

segundo dados da CPT-CE. O que revela que o Ceará acompanha o ritmo do acirramento da luta de classes no campo brasileiro. De fato, quando estão em jogo os seus interesses, os exploradores (latifundiários, banqueiros, capitalistas, etc.) não respeitam nada. Mentem, torturam, roubam e assassinam quem estiver no seu caminho. Esta é a lógica do capitalismo, o que importa é aumentar sempre o nível de exploração e a concentração de riquezas, sempre às custas dos operários, camponeses e demais trabalhadores.

Por incrível que pareça, em Ocara, existem sete projetos de assentamento: cinco federais e dois do Projeto de Reforma Agrária Solidária - Célula da Terra. Isso demonstra que a burguesia combina dois métodos para tratar a luta no campo: a demagogia dos programas oficiais de reforma agrária e a repressão implementada por pistoleiros ou pelo próprio Estado burguês (polícia, justiça).

O pior é que, enquanto camponeses

continuam sendo assassinados e oprimidos, as direções do movimento camponês e operário semeiam ilusões reformistas no seio das massas, como uma reforma agrária pacífica nos marcos do capitalismo combinada com uma "nova política industrial com distribuição de renda", alianças com os setores "progressistas da burguesia", priorida-

de da luta parlamentar e a necessidade de um "governo democrático e popular".

O POR, diante de mais um ataque contra os camponeses, chama o conjunto dos setores oprimidos pela burguesia nacional e pelo imperialismo a unirem sob a bandeira da revolução proletária, que tem por base a aliança operá-

rio-camponesa, a autodefesa, a ação direta e estratégia do Governo Operário e Camponês.

Francisco Aldemir Mesquita, sua morte não foi em vão: **ABAIXO O LATIFÚNDIO! VIVA A ALIANÇA OPERÁRIO-CAMPONESA E A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA!**

Os escândalos ao redor do superfaturamento do prédio do TRT comprometem FHC todos os partidos

Corrupção burguesa é geral

A cada dia, surgem novos dados sobre o superfaturamento das obras do TRT de São Paulo. O envolvimento do ex-secretário de FHC, Eduardo Jorge, acabou estabelecendo a ligação do Presidente da República com a liberação de verbas em volume muito maior que o necessário para as obras. Teve-se a divulgação de uma conta de FHC em paraíso fiscal com milhões provenientes de propinas. Por sua vez, a exposição de que FHC também está envolvido no superfaturamento trouxe à tona os esquemas da corrupção e mostrou a ligação de figuras como o Senador Romeu Tuma (PFL) e até o voto de parlamentares do PT (José Genoíno e a atual candidata a prefeita Marta Suplicy).

O juiz Nicolau, na época presidente do TRT, ajudava o governo derrotando as ações judiciais que reivindicavam reposição salarial e outras, para preservar o plano econômico. O governo, por sua vez, era generoso com a liberação de verbas pedidas por Nicolau. Os senadores Romeu Tuma e Luiz Estêvão faziam a intermediação com o Congresso, a fim de aprovar a liberação de verbas adicionais. Os deputados, que aprovaram as verbas superfaturadas, certamente não o fizeram por mera boa vontade. Assim, o envolvimento de toda a politicalhada burguesa com a corrupção, desde os direitistas até os reformistas, é geral.

A corrupção é natural para a burguesia

A legislação em vigor facilita a corrupção e o envio de dólares ao exterior. O dispositivo CC5, por exemplo, permite o envio de até 10 mil dólares de cada vez para fora do país sem nenhuma fiscalização. Esse mecanismo é usado pela burguesia todos os dias para se livrar do pagamento de impostos, que ela joga sobre os assalariados. O esquema de Eduardo Jorge e do juiz Nicolau incluía o uso de cheques pré-datados, usados em compras pela população, como meio de "lavar" o dinheiro da corrupção e enviá-lo ao exterior.

A aprovação das verbas pelo parlamento coloca a negociata com os deputados no parlamento. Com o comprometimento dos políticos de vários partidos, pretende-se criar uma cumpli-

cidade que garanta a impunidade dos atos ilícitos. Por fim, a caixa dos governantes é a garantia da liberação formal do dinheiro.

Os esquemas de corrupção permeiam todas as instituições e relações burguesas. E envolvem como uma rede os governantes, os parlamentares e os juízes, comprometendo-os e garantindo a impunidade geral pela cumplicidade.

O reformismo se acovarda diante da crise

O escândalo revela a disputa interburguesa no interior do Estado capitalista. Mas as denúncias do caso do TRT de Nicolau contaminaram a própria governabilidade. No início, o reformismo colocou-se como de costume pela apuração das denúncias. Mas a possibilidade de abrir uma grave crise institucional e a necessidade de apoio de setores burgueses para a instalação de uma CPI o fez recuar, colocando que a investigação deve deixar de fora o presidente FHC. A CPI teria então apenas a função de ampliar o desgaste eleitoral do governo e dos partidos que lhe dão sustentação.

A resposta proletária são os tribunais populares

Os assalariados não devem se iludir com a encenação das CPIs e o eleitoralismo do reformismo e seus aliados eleitorais. A burguesia corrupta não condenará a ela mesma. Por isso as CPIs são todas uma farsa. No máximo encontram um bode expiatório para a bandidagem generalizada.

O julgamento verdadeiro da burguesia corrupta só pode ser feito por aqueles que por ela são explorados e a sustentam. São as massas mobilizadas quem pode, com sua luta, varrer com a burguesia e sua corrupção. A construção de tribunais populares, a partir de representantes eleitos em assembléias de categorias, populares, estudantis etc. caminha nesse sentido. Trata-se das massas tomarem em suas próprias mãos a tarefa de lutar contra a corrupção burguesa, e não ficar passivamente esperando que outros o façam.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Porque o POR chama o voto nulo programático nestas eleições

Nas últimas semanas, podemos perceber como a demagogia eleitoralista vai se impondo na situação. O chamado aos trabalhadores para que confiem mais uma vez na força da cédula eleitoral e apoiem os candidatos que se propõem a resolver seus problemas não é exclusivo da burguesia. A política dos partidos e correntes de esquerda caminha nesse mesmo sentido. As alianças e acordos são de todo tipo, unindo partidos de esquerda e direita, opositores e governistas, tudo por uma fatia no controle das prefeituras. Os programas eleitorais são muito parecidos, destacando quase sempre a questão da segurança pública, que é respondida por todos com a tese direitista do aumento da repressão policial. O objetivo dos partidos e correntes de esquerda em geral é canalizar a insatisfação e a tendência de luta para as ilusões eleitorais. O POR denuncia essa prática nociva aos oprimidos, porque ela ajuda a manter os exploradores no poder.

As eleições 2000

O que está em jogo nessas eleições municipais? As prefeituras representam uma parcela bem pequena do poder político burguês. Com as reformas neoliberais em curso, tendo de arcar com mais e mais responsabilidades (municipalização etc.), as prefeituras podem menos ainda.

A disputa pelas prefeituras das cidades mais importantes e por um grande número delas pelo país serve às disputas interburguesas pelo controle mais geral do aparelho estatal, a ser travado nas eleições de 2002. Cada grupo burguês almeja a conquista de posições que lhe fortaleçam nessa disputa. Os partidos de esquerda entram nesse jogo como atores secundários, mas que podem ajudar esta ou aquela fração capitalista em seus interesses.

Os partidos governistas buscam se potencializar para o próximo pleito. A ausência de um sucessor natural para FHC e seu desgaste coloca o problema da go-

vernabilidade de modo semelhante ao que ocorreu no final do governo Sarney.

O reformismo procura tirar proveito da crise política. Tem jogado todas as forças no fortalecimento eleitoral. As greves são canalizadas para a eleição. Zé Dirceu (PT) afirmou na greve dos professores: derrotar o governo nas ruas e nas urnas. Ou seja, para ele, a solução para os problemas levantados na greve está nas urnas a serem abertas em outubro.

Por isso, o PT tem feito as alianças mais espúrias com os partidos do governo. PFL, PSDB todos são passíveis de uma frente eleitoral com o reformismo. Na maioria dos casos, é o PT quem apóia o partido burguês. E há casos como o de Osasco, em que a aliança eleitoral uniu os reformistas até mesmo com a direita declarada (PPB) ao redor da candidatura do PDT.

As correntes dizem amém

Diante da direitização e aburguesamento do PT, é um dever revolucionário denunciá-lo às massas. As correntes de esquerda deveriam estar cumprindo essa tarefa. O PSTU, que tem a possibilidade legal de lançar candidatos, poderia utilizar suas candidaturas para cumprir essa tarefa. Mas é justamente o oposto o que faz. Onde o reformismo permitiu, lançou candidaturas em frente com o PT. Onde está com candidaturas próprias, anuncia antecipadamente que apoiará o PT no segundo turno. Sua campanha aponta um programa de defesa de reivindicações das massas, mas, além de limitado, coloca-se na perspectiva de que um governo eleito o cumpra, quando o correto seria mostrar que são as próprias massas, com seus métodos de luta direta, e não confiando em nenhum governo eleito, é que têm de realizá-lo.

A intervenção revolucionária nas eleições

As eleições são o campo próprio da burguesia de disputa política pelo apa-

rato estatal. Nela, os capitalistas chamam os oprimidos a escolherem qual será seu próximo veredicto, e os parlamentares que se beneficiarão com as negociações no parlamento. São um dos principais meios de sustentação da exploração capitalista, pois enquanto as massas se mantiverem passivas e confiantes na solução de seus problemas pela via democrática burguesa da cédula eleitoral, o sistema de exploração do trabalho estará a salvo.

Os revolucionários só intervêm nas eleições por imposição tática. As condições para isso são: 1) que as ilusões eleitorais estejam ainda vigentes, ou seja, que as massas ainda acreditem na resolução de seus problemas pela via do voto; 2) que o partido revolucionário possa defender seu programa, expressando a estratégia da revolução e ditadura proletárias; 3) que denuncie a democracia burguesa como uma farsa que preserva a exploração de classe, jamais criando ilusão de solução dos problemas pelo voto ou por um governo eleito; 4) que utilize sua intervenção nas eleições para impulsionar a ação direta das massas. Em síntese, o partido revolucionário atua nas eleições se a classe operária assim o exigir.

O POR, por esses critérios, lançaria seus candidatos próprios nestas eleições. Mas a legislação eleitoral brasileira o impede, pois a exigência de porcentagens de votos nos estados, assinaturas de apoio/filiados aos milhares e as restrições em relação ao programa (não pode defender a revolução e ditadura do proletariado) impossibilitam a inscrição legal. Por isso, diante da posição das esquerdas e da impossibilidade de candidaturas próprias, só resta ao POR a defesa do voto nulo programático.

Significa que o POR atuará nas eleições defendendo que os oprimidos votem em seu programa, desta forma anulando seu voto. Contra as candidaturas burguesas e a colaboração reformista, voto nulo programático!

Fortaleza-CE

Frente popular é elogiada por empresários

A candidatura de Inácio Arruda (PC do B, PT, PSB, PDT e PCB), a cada dia que passa, vem demonstrando seu afastamento dos interesses dos trabalhadores de Fortaleza. Exemplo disso é que, no dia 25 de julho, “no primeiro debate com candidatos à Prefeitura de Fortaleza promovido pelas entidades empresariais do Estado, Inácio Arruda (PCdoB) **recebeu muitos elogios** dos dirigentes da Federação das Indústrias do Ceará (Fiec) e do Centro Industrial do Ceará (CIC)” (*O Povo*, 26/07/2000, grifo nosso). Os empresários utilizaram para o candidato “comunista” os adjetivos de “batalhador” e “guerreiro”.

Diante de tal acontecimento, surgem algumas perguntas na cabeça de qualquer trabalhador que é obrigado a vender sua força de trabalho para os capitalistas ou está desempregado. Por que empresários que exploram, oprimem e demitem trabalhadores elogiam um candidato de “esquerda”? Por que um candidato de “esquerda” necessita apresentar seu programa para as lideranças empresariais da Fiec e do CIC? Não é claro como o dia que os interesses dos donos de empreiteiras, de ônibus, grandes lojas, bancos, indústrias e demais empresas são antagônicos às necessidades da maioria da população assalariada? A Fiec e o CIC não apóiam as privatizações, as demissões, a destruição da Previdência Pública e o fim dos chamados direitos sociais? Então, o que há de comum entre a Fiec/CIC e a candidatura de Inácio Arruda (PCdoB, PT, PSB, PDT e PCB)?

De fato, a candidatura de Inácio

Arruda expressa a política de frente popular desenvolvida pelas direções do movimento operário-popular (CUT, sindicatos, DCEs, associações de bairro etc.), que subordina os interesses das massas às alianças com setores da burguesia. O programa da frente popular se dá nos marcos do capitalismo, que se fundamenta na produção generalizada de mercadorias e na escravidão assalariada. Daí os candidatos do PT e PCdoB priorizarem a luta parlamentar, defendem a governabilidade, busquem o apoio dos empresários e criticarem o “radicalismo” da estratégia da revolução e ditadura proletárias. Os candidatos da frente popular pretendem resolver, utopicamente, as dificuldades das massas com a ajuda da burguesia, do Estado burguês e da economia capitalista, que geram constantemente concentração de renda, desemprego, fome e miséria.

Por isso, enquanto a atual conjuntura de desemprego e superexploração exige a redução da jornada de trabalho sem redução de salário, até que todos tenham emprego, Inácio “defendeu que as entidades empresariais, as representações dos movimentos populares e outros segmentos da sociedade sejam convidados a discutir qual a verdadeira vocação de Fortaleza” (idem). O que não é nada mais do que pura demagogia eleitoral.

Quanto à questão da criminalidade que cresce com a desagregação social, segundo Inácio, “o primeiro passo para o problema da segurança é resolver o problema de identidade da guarda municipal, qual a função

dela, e depois ampliar o quadro atual que é de apenas 524 homens” (idem). Bem, em relação à função da guarda municipal é só Inácio perguntar aos estudantes, professores, garis, sem-teto e demais trabalhadores, que realizaram diversas manifestações no Paço Municipal (Prefeitura) e na Câmara de Vereadores neste ano. Eles dirão, por experiência própria, o que o marxismo revela com clareza: a função da guarda municipal é reprimir as massas descontentes e garantir a “segurança” das instituições que implementam a política antinacional e antipopular em Fortaleza (governo Juraci/Câmara de Vereadores). O pior é que, além de Inácio desconhecer a experiência das massas e renegar o marxismo, ainda propõe a ampliação deste instrumento de repressão.

Portanto, não é por acaso que as lideranças empresariais elogiaram a maturidade do candidato do PCdoB estalinista e da esquerda frente-populista. Inácio, apesar de não ser o candidato preferencial da burguesia, pode, com o acirramento da luta de classes, ser uma alternativa de defesa da ordem capitalista.

O POR, por outro lado, continua defendendo intransigentemente as reivindicações das massas exploradas e oprimidas (emprego, salário, terra, moradia, saúde, educação, etc.) sob a perspectiva do governo operário e camponês (ditadura do proletariado), contra a burguesia e a frente popular: **VOTO NULO PROGRAMÁTICO! ABAIXO FHC, TASSO E JURACI! PELA FRENTE ÚNICA ANTIIMPERIALISTA!**

**Abaixo os processos e prisões políticas!
Liberdade imediata para todas as lideranças
e fim dos processos!**

Revista Época: da superficialidade ao ridículo

O artigo "Os Sobreviventes", publicado na Revista Época, 24/julho de 2000, procura descrever as correntes que se reivindicam do comunismo. O objetivo é o de demonstrar que o comunismo é utópico e que a militância se baseia em dogmas. Passa a idéia de que se trata de um tipo de religião, com a diferença de que se tem "fé na revolução".

Algumas citações tomadas do estalinista João Amazonas sobre os fundamentos científicos do socialismo servem mais para obscurecer e auxiliar o jornalista pró-capitalista Guilherme Evelin no seu objetivo de debochar do comunismo. É evidente a superficialidade das idéias do redator que não primou pelo estudo das diferenças programáticas e de concepção entre as inúmeras correntes citadas. Caracteriza o PCdoB como marxista leninista, desconhecendo que se trata de uma corrente estalinista, portanto, oposta às posições de Marx e Lenin. O leitor encontrará muitos outros exemplos de descrição superficial e de indiferenciação.

Uma outra característica do artigo é o fato de não ter conexão interna. É fla-

grante a falta de lógica no raciocínio jornalístico. Passa de uma idéia a outra sem a menor ligação. Chama a atenção a tentativa do redator de ridicularizar o comunismo com joguinhos jornalísticos, tomando algumas personagens das diversas correntes, como o exemplo do vice presidente da UNE que jogou ovo no Ministro Ronaldo Sardenberg, mas não faz senão ridicularizar a si mesmo.

Certamente, um leitor crítico dirá que a revista Época está cumprindo o seu papel de defesa do capitalismo. Teremos de concordar com tal observação. A incapacidade da imprensa de analisar as correntes e de ter argumentos sólidos contra o comunismo está de acordo com a falência do pensamento burguês para defender o capitalismo apodrecido.

O POR é citado sem que haja qualquer sentido para isso. Vejamos a única passagem: "O PSTU não tem nenhum representante eleito. A mesma esqualidez afeta o Partido da Causa Operária (PCO) e o Partido Operário Revolucionário (POR)". A referência à representação parlamentar perde o sentido se não se demonstra as posições das correntes

perante o Parlamento e o seu próprio desenvolvimento histórico. Note como numa só penada iguala PSTU, PCO e POR, através do único critério de não terem parlamentares. Mas para o embrulho montado por Guilherme Evelin basta a constatação de que o POR está afetado pela "esqualidez de representação parlamentar".

É claro que não é conveniente para a Revista Época, porta-voz do grande capital, mostrar que o POR caracteriza o Parlamento como um antro de ladrões a serviço dos opressores do povo. Está aí para quem quer ver a decomposição da classe burguesa expressa no governo Fernando Henrique Cardoso, sustentado pela aliança dos maiores partidos capitalistas. O PT citado no artigo, que tem a maior bancada oposicionista, está completamente integrado nesse antro de ladrões.

A rigor devemos agradecer a Guilherme Evelin por não dizer nada sobre o POR, assim deixou de acrescentar mais estupidez no seu artigo.

Os trabalhadores devem dizer Não à dívida externa

A CUT tomou a iniciativa de fazer um Plebiscito sobre a dívida externa. Os trabalhadores devem dizer NÃO AO PAGAMENTO. O Partido Operário Revolucionário é crítico a um plebiscito porque ficará num simples protestos e porque está servindo aos interesses eleitoreros do PT, seus aliados, e à hipocrisia da Igreja. Mas defende que os trabalhadores participem, também criticamente, dizendo Não ao governo vendido de FHC e Não à demagogia eleitorera de "resgatar a dignidade humana".

Ganhar as ruas contra a fome e miséria

O governo e a burguesia brasileira servem ao capital imperialista entregando-lhe parte da riqueza nacional criada pela classe operária e demais trabalhadores. Esse mecanismo faz parte do funcionamento do capitalismo internacional. O saque dos países semicoloniais (como Brasil, Bolívia etc), de economia atrasada, corresponde à estrutura econômica do capitalismo. Esse sis-

tema não tem como sobreviver se um punhado de potências (Estados Unidos, Alemanha etc) não oprimir a maioria dos povos.

A dívida externa é um dos meios fundamentais de drenar riquezas para os banqueiros e monopólios industriais/comerciais. Isso se dá às custas de aumentar o atraso econômico do capitalismo semicolonial e de sacrificar a vida das massas trabalhadoras. Quem de fato arca com o peso do saque imperialista são os assalariados e os campone-

ses pobres.

Estão aí as razões que explicam porque só a classe operária e demais oprimidos têm interesse e podem combater a opressão nacional (imperialista). A burguesia brasileira, para se proteger, aplica os Planos ditados pela burguesia imperialista. O Plano Real representa apenas mais uma prova de que a burguesia brasileira se submeteu aos credores a ponto de aprofundar a quebra do País e atacar frontalmente as condições elementares de vida das massas.

A Reforma de FHC como um todo não faz senão desnacionalizar, canalizar uma fábula de recursos para os banqueiros e aumentar a exploração dos trabalhadores. Atraso, fome e miséria resumem tudo.

Para se enfrentar a opressão nacional é preciso combater nas ruas a burguesia brasileira e seu governo. Trata-se de convocar assembléias em todos os sindicatos e bairros populares, realizar plenárias de base na CUT que expressem as assembléias, formar os comitês por locais de trabalho e por bairros e ganhar as ruas. Com um plano de reivindicações, organizar um amplo movimento nacional.

Organizar a Frente Única Antiimperialista

Por esse caminho é possível uma **frente única antiimperialista** que una a maioria nacional em torno da classe operária, que se oponha através do método da luta direta das massas à burguesia brasileira entreguista e ao imperialismo. Rechaçamos a frente eleitoralista, a demagogia dos partidos reformistas e o humanismo hipócrita da Igreja. Rechaçamos a utilização da fome e miséria das massas para se fazer politicagem eleitoral. Rechaçamos a utilização das ilusões democráticas criadas pela burguesia nas massas para continuar com seu regime de opressão. Defendemos e trabalhamos pela organização de um movimento de base que unifique todos

os explorados em torno de um programa antiimperialista e anticapitalista.

O saque imperialista

Os dados apresentados no Jornal do Plebiscito demonstram que o saque com o pagamento da dívida externa chegou a um ponto insustentável:

1. Crescimento da dívida externa

No período de 1994 a 1998, o Brasil pagou em juros e amortização do principal por volta de 126 bilhões de dólares. Mesmo assim, a dívida cresceu de 148 bilhões de dólares (1994) para 243 bilhões de dólares em 1998.

2. O que se poderia fazer com essa montanha de dinheiro?

a) Moradia: Seria possível construir 15 milhões e 556 mil casas populares;

b) Educação: Construir 6 milhões e 565 mil escolas;

c) Saúde: Construir 948 mil postos de saúde. Aumentar o gasto per capita do Brasil em saúde de 280 para 479 dólares;

O Jornal apresenta muitas outras hipóteses demonstrativas, a maioria delas fazendo concessão aos capitalistas, como por exemplo basear o cálculo do salário mínimo em 176 reais, reconhecer o tal do déficit da Previdência etc. Selecionamos apenas esses três porque nos ajuda a visualizar a tremenda sangria do país.

A conclusão de que é possível, no interior do capitalismo, deixar de pagar a dívida externa e aplicar seu montante em favor das massas é falsa. O Jornal do Plebiscito procura induzir seus leitores a isso. Ocorre que por detrás dele está o PT, a Frente Popular e a Igreja que querem convencer os oprimidos que a saída é votar certo e confiar num governo democrático e popular saído das urnas. Inclui-se aí o PSTU que faz parte da mesma campanha. Ao contrário, dizemos que a luta contra a opressão imperialista, que inclui o não pagamento da dívida externa, tem por objetivo organizar os explorados em torno de um programa revolucionário e com o método da ação direta. A luta antiimperialista é necessária para que os trabalhadores se unam contra o governo entreguista e criem as condições para avançar a luta pela destruição do sistema capitalista.

Nossa estratégia é a da destruição do poder burguês, constituição de um governo operário e camponês, que expresse a ditadura do proletariado. O rompimento com o imperialismo só será possível por meio da revolução proletária. Enquanto isso não ocorrer, qualquer que seja o governo aplicará as exigências do imperialismo, ainda que tal aplicação seja mais restrita ou mais ampla. Para a classe operária, não se trata de colocar no poder um governo com promessa de tornar o saque menos violento. Trata-se de abolir todo o saque. Isso é tarefa de um governo revolucionário, operário e camponês.

Educação

Professores – SP

Retomar a luta ou amargar com as demissões

A diretoria da APEOESP convocou um Conselho Estadual de Representantes extraordinário, tendo como objetivo retomar as campanhas de pressão parlamentar, via abaixo-assinado, aerogramas e emendas populares. Esta medida vem no sentido de se contrapor à experiência que a classe vivenciou neste último período, que foi a greve radicalizada.

A tentativa da diretoria é canalizar o movimento para a *campanha eleitoral* buscando pressionar os candidatos a abrirem negociações com o governo.

As propostas embora tenham sido votadas, não alcançaram o quórum necessário, dando liberdade para a diretoria encaminhar todas as deliberações.

O PSTU, em sua intervenção, colocou a necessidade de se organizar um ato com professores, pais e alunos e nada mais. Assim, a proposta do PSTU leva a caminhar novamente com a direção no sentido de retroceder os passos dados pelo movimento, ignorando a experiência da *ação direta*, propondo um ato meramente distracionista, com caráter eleitoral.

A greve mostrou o caminho que devemos seguir para combater a reforma educacional: radicalização e unificação.

É necessário partirmos da experiência trazida pelo movimento para reiniciarmos a luta.

Nesse sentido, a Corrente Proletária na Educação defende a realização de uma Assembléia amplamente convocada para o mês de agosto com o indicativo de greve.

Ou respondemos com uma greve (e desta vez terá de ser mais radical) ou assistiremos a mais demissões.

Estudantes - USP

Para conquistar as reivindicações da comunidade universitária, voltar às ruas

O final da greve das universidades públicas paulistas ocorreu sem que o reitor se pronunciasse sobre as reivindicações estudantis. Na USP, a unificação da pauta de alunos, funcionários e professores somente não ocorreu por resistência da Adusp (sindicatos dos professores). Esta pretendia limitar o movimento reivindicatório às possibilidades do atual orçamento universitário, estrangulado pela política governista de cortes de verbas da educação. Durante a greve, insistiu em não colocar em pauta as reivindicações que implicassem num confronto com o governo por mais verbas. Respondia aos estudantes e funcionários com a proposta de discutir essas reivindicações num Congresso da USP, a ser feito após a greve. Depois do fim do

movimento grevista, propôs jogar o Congresso da USP para 2001, sob o argumento de que nesse ano haverá eleição para reitor. Ou seja, o centro do Congresso não serão as reivindicações, mas a sucessão da reitoria. Assim, as reivindicações estudantis dependerão na prática apenas dos estudantes.

As negociações dos estudantes com o reitor resultaram em um monte de respostas evasivas. Claro, pois sem a presença da greve e mobilização estudantil, o reitor se sentiu à vontade para negar tudo o que lhe foi pedido. As negociações se encerraram no final do semestre, e os alunos estavam mais preocupados na aprovação em suas disciplinas, por isso desmobilizados.

Para superar essa situação, é preciso

trabalhar a mobilização estudantil, de forma conseguir a força necessária para impor à reitoria as reivindicações. A ida às ruas, o bloqueio de avenidas, a ocupação da reitoria, esses são os meios para derrotar o reitor. O Congresso da USP não pode ser mero palco de diletância ou comitê eleitoral da sucessão do reitor. Somente um congresso massivo, que tenha como centro as reivindicações da comunidade universitária e os meios para conquistá-las, pode desempenhar um papel progressivo. Nada de apresentar suas deliberações à burocracia e submetê-las aos organismos colegiados marionetes do reitor e do governo. Mobilizar e deliberar com a democracia universitária como colocá-las em prática.

Direção estadual continua o boicote à regional de Ceará-Mirim

Publicamos abaixo manifesto da regional do Sinte de Ceará-Mirim, dirigida pelo POR, que tem sido alvo dos ataques do governo e da prefeitura, com a proibição e impedimento físico de entrar nas escolas. Ao mesmo tempo, a direção estadual, ligada ao PT, tem boicotado financeiramente a regional. Dessa forma, a direção burocrática se junta aos governos burgueses contra a regional, por causa da disputa política de aparelho.

A atual conjuntura exige dos sindicatos uma atuação constante em defesa dos trabalhadores que estão brutalmente sendo atacados pelos governos. É dever político dos sindicatos desenvolver dentro dos organismos a mais ampla discussão política, respeitando as diversas posições existentes dentro do movimento e denunciando toda política contrária aos interesses de classe (conciliação). Isso faz parte da democracia operária.

A regional de Ceará-Mirim, que é oposição à direção estadual, trabalha com o objetivo de desenvolver a discussão política no seio da categoria mostrando o caráter das reformas pró-imperialistas que são implementadas pelos governos federal, estadual e municipal. E sempre está sendo discutida a bandeira da unificação de todos os trabalhadores, pois isso irá garantir a defesa de nossas conquistas.

No entanto, a regional, por desenvolver tal política, além de ser atacada pelos governos (prefeito) sofre ata-

que da direção estadual, que trata as divergências políticas com boicote a organização dos trabalhadores. A regional atuou constantemente na construção da greve estadual, pois havia participação tanto na capital como nas atividades do município. Esse é um dos motivos pelos quais a regional ficou com dívidas. Por duas vezes foi solicitado um empréstimo (adiantamento dos repasses) a essa direção e este foi negado. Para a direção, existem outras prioridades a serem trabalhadas, e isso é só observarmos os gastos com alimentação e outros.

O dinheiro da categoria deve ser usado na sua organização. Por isso continuamos a denúncia e defendemos o posicionamento das demais regionais. A posição da direção fortalece a política de ataque dos governos.

Em defesa da democracia operária
Abaixo o boicote às posições políticas
Sinte - Regional de Ceará Mirim

Rondônia:

Estudantes da UNIR ocupam a reitoria por duas vezes

Reproduzimos abaixo nota distribuída pela Corrente Proletária Estudantil

Durante a greve de professores e funcionários da UNIR, o presidente do DCE, José Felinto Ferreira Neto, resistiu em chamar os estudantes para unificar as lutas em defesa da universidade pública e das condições de trabalho, defasagem salarial etc., junto ao Sindicato dos Servidores Públicos da Universidade Federal de Rondônia (SINTUNIR) e Associação dos Professores da Universidade Federal de Rondônia (ADUNIR), justificando que a luta era apenas dos professores, que os alunos não tinham nada a ver com este problema.

Esta compreensão corporativista da luta se expressa inclusive nos boletins da entidade estudantil (Ano I - Jul/Ago, p. 1), quando trata da manifestação organizada por estudantes fortalecidos pelos CAs, na fase deflagrada da greve dos professores e servidores da universidade. Foi organizado o bloqueio da BR 364, que dá acesso ao Estado do Acre. Diz o referido artigo: 'Tratou-se de um movimento em nível nacional. Não teve nada a ver com o movimento grevista deflagrado pelos professores. É um movimento exclusivo da classe estudantil. Defendemos uma universidade federal pública [...].

Na quinta-feira, dia 29 de junho, quando os alunos do curso de História chegaram à tarde na universidade, encontraram afixados nos murais o aviso de data das matrículas para o segundo semestre e constando o aumento das taxas de matrículas, que antes era de R\$ 2,00 por disciplina, aumentou em 50%, além de uma taxa fixa, de R\$ 15,00.

Os membros da diretoria do DCE, sem disposição de luta, quase sempre tem a sua presença marcada nos movimentos pelo incentivo da base, na me-

diada em que não tomam nenhuma iniciativa para defender o setor. Imagine para unificar a luta dos segmentos da Universidade. Participaram da votação sobre as taxas, porém não comunicaram aos alunos acerca do resultado.

Uma equipe de alunos do curso de História, indignados, mobilizaram os alunos dos demais cursos junto aos professores para comparecerem à reitoria com a finalidade de reivindicar a suspensão do aumento das taxas. Nesta ocasião, membros da Corrente Proletária dos Estudantes e alguns independentes defenderam a ocupação da reitoria que se concretizou. No momento da ocupação, alguns alunos falaram da necessidade de tirar uma comissão para falar com o reitor, novamente sai a proposta da Corrente Proletária para que todos ocupem o gabinete do reitor.

Uma militante da Consulta Popular apresenta a proposta de R\$3,00 - a mesma da reitoria, retirando-se apenas a taxa fixa de R\$ 15,00; outros sugerem que permaneça a taxa antiga de R\$ 2,00, enquanto a Corrente Proletária da Educação defendeu a taxa **zero**, que foi referendada por vários alunos.

Estas propostas foram entregues através de abaixo-assinados, que ficaram para ser estudadas pelo CONSAD. Enquanto **isso**, os mesmos alunos permaneceram mobilizados e se organizaram entre a sexta e a segunda-feira e aconteceu outro ato na terça-feira, dia 04/07, com mais outra ocupação da reitoria. Os alunos *só se* retiraram do local com a assinatura de um documento assinado pelo reitor que se comprometia com a retirada do aumento das taxas. No entanto, continua a cobrança da taxa anterior de R\$ 2,00 por disciplina a ser cursada e, além do mais, as taxas irão

para votação de aumento para o ano 2001, que tudo indica será de percentual bem mais elevado. Que a comunidade universitária, sobretudo os estudantes se encontrem em constante mobilização e manifestações.

A Corrente Proletária rechaça as atitudes de colaboração de classe de membros da diretoria do DCE, ADUNIR e SINTUNIR, bem como suas práticas corporativistas de isolamento das lutas e defende os métodos de ação direta das massas (ocupação, bloqueios, saques, manifestações de rua etc.).

A Corrente Proletária dos Estudantes conclama as lideranças destas entidades a unificarem as lutas no interior da Universidade, como forma de educar as bases no sentido de compartilharem da unificação da lutas de todos os explorados, condição essencial para a organização da frente única antiimperialista e anticapitalista, para barrar os planos antipopulares e antinacionais de FHC em colaboração com o FMI/BM, que vêm destruindo a educação em todos os níveis, desde o fundamental ao superior, fechando vários postos de trabalho, desempregando milhares de pais de famílias e aprofundando a barbárie social.

A Corrente Proletária dos Estudantes chama atenção também dos companheiros para que a luta pelas conquistas da satisfação das necessidades vitais imediatas (escola, emprego, alimentação, moradia etc., para todos) seja vinculada à luta pela destruição do capitalismo - sistema econômico que gera todas as mazelas vivenciadas pelas *massas*. Só a construção do socialismo (fase de transição para a sociedade sem *classes* - o Comunismo), poderá acabar definitivamente com a barbárie social.

Mossoró-RN

Direção da ADUERN demonstra disposição em rebaixar as reivindicações

A Assembléia Extraordinária de 20 de junho, convocada pela Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (ADUERN - PT/PCdoB/PPS) para analisar a resposta do Reitor às nossas reivindicações salariais - pauta única - foi marcada pela disposição da direção do Sindicato em aceitar qualquer migalha e qualificá-la de vitória.

A direção começou a assembléia informando da reunião com o governador juntamente com o reitor sobre as nossas perdas salariais. O governador Garibaldi Alves (PMDB) informou sobre as dificuldades financeiras do Estado e a impossibilidade de atender às reivindicações, que causariam um "constrangimento do governo perante as outras categorias". A direção do Sindicato argumentou da especificidade dos professores universitários e a possibilidade de repor as perdas através de uma suplementação de verbas para a UERN, podendo depois ser distribuído entre os professores. Isto equivaleria a uma reposição de 10%. O governo afirmou pensar no caso e responder até 30 de junho.

O presidente da ADUERN comparou os 10% com os 15% conquistados pelos professores universitários do Estado paulista depois de uma longa greve, insinuando como algo significativo diante

da pouca - podemos dizer inexistente - mobilização da categoria. Já o vice foi mais longe classificando de grande vitória.

A Corrente Proletária na Educação entrevistou demonstrando que a diretoria tentava mascarar a realidade. Primeiro porque as nossas perdas salariais são em torno de 216%, 10% então é uma esmola. Além do mais, considerando que o salário mínimo de fome passou de 136 para 151, ou seja, um aumento de 11%, e que os nossos salários não receberam este reajuste, os 10% nem sequer acompanham o aumento do salário mínimo de fome. Na verdade, o governador está fazendo demagogia porque o que está fornecendo não é nenhum aumento, mas uma atualização de nossos salários diante do mínimo de fome.

Em segundo lugar, a CPE lembrou aos presentes na assembléia que a reivindicação dos professores paulistas era de 32% inicialmente. Eles conquistaram apenas 15%, enquanto que a nossa reivindicação - rebaixada pela comissão que analisou as perdas - era de 50%. Para comparar com a conquista dos professores paulistas, a percentagem deveria ser de 20 a 25%, caso contrário, era demagogia da direção do Sindicato.

Por fim, a CPE propôs a rejeição dos 10% e a organização da luta de todos os

funcionários públicos do Estado e nacionalmente, contra a política de destruição dos serviços sociais implantados pelos governos burgueses em virtude de sua direção política neoliberal. Neste sentido, que preparássemos a nossa greve para o próximo semestre como parte da greve geral nacional contra os planos neoliberais, visando sua derrubada. Para isto, propusemos a formação de um comando de mobilização da categoria tirada na assembléia. Com este posicionamento, nos opomos a afirmação da direção da ADUERN de que nossa categoria é diferente das demais. Somos todos trabalhadores submetidos a lógica privatista da burguesia, assim, a idéia é união, e não divisão corporativista como estava defendendo a direção do Sindicato.

No final, a categoria entendeu que não se podia rejeitar a proposta de 10% do governo porque não havia nada de concreto. Mas foi marcada uma assembléia para analisar assim que ele respondesse. A proposta de um comando de mobilização foi aceita pela assembléia, mas poucos professores aderiram a ela.

A CPE defenderá a rejeição da esmola do governo e chama a categoria a organizar a luta em defesa de nossas reivindicações.

Professores UERN

Perdas salariais dos professores da UERN chegam a 216%

A Comissão formada por um professor "independente", um do PT e outro do POR escolhida em assembléia da categoria responsável pelo cálculo das perdas salariais, concluiu seus trabalhos.

As perdas salariais chegam a 261,95%, conforme índice do DIEESSE. Descontando aumento de 12 e 30% que a categoria teve no ano passado, as perdas caem para 216%. Mesmo assim, é um valor alto.

PERDAS/ÍNDICE	DIEESSE	FUND. GET. VARGAS
Jun/94 A Marc/00	261,95%	185,24%
Só Com O Plano Real	140,16%	96,43%
Descontando Aumento De 12 E 30%(em cima de 140%)	94,56%	50,83%
Descontando aumento de 12 e 30%(em cima de 261%)	216,35%	139,64%

A Comissão, no entanto, resolveu defender o menor índice obtido: 50%.

Numa clara posição de derrotismo. A Corrente Proletária na Educação se contrapôs a esta posição, conseguindo garantir a apresentação dos dois índices na Assembléia da categoria para que a mesma possa escolher entre as duas. O papel da Comissão não era de propor um índice mas de calcular as perdas. Desta forma, conseguimos evitar a manobra da

Comissão em apresentar um índice falso a categoria, ou seja, que não correspondesse às suas reais perdas.

A Corrente Proletária convoca os professores da UERN para comparecerem a Assembléia e decidirem pela luta do verdadeiro índice de nossas perdas. A luta unificada dos professores da UERN com os professores das federais,

saúde (estadual e municipal preparam a greve), professores estaduais, MST, caminhoneiros (luta prevista devido ao aumento dos combustíveis), etc com base na ação direta (ocupações de prédios públicos, passeatas, manifestações de rua, bloqueios urbanos e rurais, piquetes, etc) garantirá nossa vitória e a obtenção das perdas salariais.

Avaliação da atuação da Corrente Proletária no CA de Pedagogia: terminou o semestre... o que mudou?

O chamamento da Corrente Proletária

A Corrente Proletária (CP) fez um chamamento, publicado no M189, pela construção de um CA em pedagogia que defendesse a revolução social. As estudantes responderam prontamente ao chamado. Cerca de 20 estudantes nos dois turnos compareceram a nossa reunião.

Na verdade, a insatisfação com a diretoria anterior do CA, a desinformação sobre os ataques do governo ao Curso e os problemas da universidade foram os motores do grande comparecimento das estudantes.

Diante desta realidade, mesmo não possuindo nenhum militante entre as estudantes, a CP ficou obrigada a organizar uma chapa para o CA de pedagogia.

A formação da chapa

Discutiu-se parágrafo por parágrafo do chamamento com as estudantes. O acordo integral com suas análises e propostas forjou o dever da CP apoiar a chapa Mobilização e Luta (ML).

A CP não pôde evitar a conformação de duas chapas para o CA. Porque, na discussão do Chamamento, a outra chapa afirmou não acreditar em uma transformação da sociedade. Pretende então conquistar a melhoria do curso sem organizar a luta dos estudantes contra a burguesia. Um de seus membros afirmou não acreditar no socialismo mas na social-democracia. A social-democracia é uma alternativa capitalista. A burguesia europeia soci-

al-democrata mantém alguns benefícios aos seus trabalhadores porque explora também os trabalhadores dos países estrangeiros.

A Chapa ML, ao contrário, defendeu a soberania das assembleias universitárias (poder estudantil), o governo operário-camponês (revolução social) e a aliança operária-estudantil tendo em vista a destruição do capitalismo ser uma obra de toda a classe explorada.

O curioso foi a participação dos militantes do PSTU (direito e pedagogia) na chapa Mobilização e Luta sem levantar nenhum questionamento sobre o programa. Apesar de defender outra forma de governo, os membros do PSTU calaram-se. Não polemizaram para manter a possibilidade de ter um membro no Centro Acadêmico - política aparelhista. Isto comprova a falta de princípios deste Partido que troca constantemente sua estratégia (objetivo final).

Disputa aparelhista do PSTU paralisa o centro acadêmico

Depois de vencer as eleições, a chapa Mobilização e Luta garantiu a proporcionalidade.

Porém, não foram os estudantes do PT e independentes da outra chapa o maior adversário da Mobilização e Luta. Após a vitória, a estudante do PSTU inicia uma política de difamação e golpe para excluir o membro da CP das reuniões do CA e da Chapa. Espalha que o membro da CP é ateu (com se isto fosse algum "pecado"), hostilizou a presença de nosso militante por ser professor (for-

talecendo assim, o corporativismo). O militante do PSTU do curso de direito, que teve uma participação forte na campanha, abandonou as reuniões do grupo afirmando que não achava justo ser de outro curso e estar participando em pedagogia) e tentou marcar reuniões com os demais membros da Mobilização e Luta excluindo a CP e todos da chapa que não concordassem com nossa exclusão.

Esta política divisionista e aparelhista do PSTU resultou na paralisia do CA. Ao ver que suas pretensões não encontravam eco entre os outros participantes da Mobilização e Luta, começou a criticar os membros da chapa pelos corredores do curso, patrocinou fofocas e tentou criar inimizades entre os membros. Uma política realmente vergonhosa, podre e típica dos partidos burgueses. Em nada aqui há de disputa política séria (uma proposta diferente de atuação no CA ou idéias diferentes sobre a transformação da sociedade ou até mesmo uma visão diferente sobre os problemas do curso) mas tão somente a disputa pelo controle da direção do CA.

PSTU alia-se a burocracia universitária contra a CP

Alguns professores da Faculdade de Educação pressionaram as estudantes da Mobilização para afastar o professor da CP. Pois a militante do PSTU espalhou que ele estava pressionando o CA, como se estivesse utilizando a autoridade de professor sobre as estudantes. Nas reuniões com a burocracia universitária,

a militante do PSTU confirmou as acusações. Desta maneira, o PSTU aliou-se na prática a burocracia universitária.

O membro da CP realmente é professor. No entanto, entrevistado nas eleições do CA como militante revolucionário. Como tal, tenta unificar os professores, funcionários e estudantes para a defesa e luta de uma universidade pública sob controle da comunidade acadêmica. A defesa desta união se dá através da ação prática do dia-a-dia. Mas é bom ressaltar, em nenhum momento utilizou sua posição de professor para influenciar os estudantes para virem a reunião, nem tampouco utiliza seu "posto" para impor suas propostas. Quando passou em sala, muitas estudantes o confundiram com aluno, pois não se referiu ao seu

cargo de professor. As decisões da Chapa são por voto. Se se assemelham as idéias da CP é porque a chapa foi formada com base na defesa do programa revolucionário para a Universidade. As estudantes concordam com as idéias da CP não porque ela lhes impõe mas porque também as defendem. Foi este acordo programático que fez a CP apoiar a chapa Mobilização e Luta.

Não é a primeira vez e nem será a última que o membro da CP intervém no movimento estudantil. A quem se propõe enfrentar a burguesia reacionária do Brasil não terá medo dos seus "capitães-do-mato" como são a mesquinha, repressora e ignorante burocracia universitária. Nem tão pouco dos partidos que se pintam de esquer-

da e praticam os mesmos atos da classe dominante.

O CA De Pedagogia na luta pela revolução social: Poder Estudantil nas Universidades

A CP conseguiu reorganizar o grupo ML, que fez um balanço da postura do PSTU e a caracterizou de "politicagem" ou, como a CP diria, uma política burguesa.

A partir de agora é apontar para frente na luta contra a burocracia universitária, as políticas educacionais da burguesia contra a universidade e pela união com os trabalhadores em vista da conquista de nossas reivindicações: Reforma Agrária, emprego e educação.

Mossoró

Assembléia na casa organiza estudantes para conquista de suas reivindicações

Atualmente, na casa do estudante habitam 153 estudantes, onde 55 são alunos da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), 35 do (CEFET), 15 da Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM), o restante são de diversas escolas estaduais. Sendo que todos os residentes são oriundos de outros municípios.

A casa é mantida pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte (RN) e atualmente enfrenta vários problemas, por exemplo: escassez de alimentação, degradação da estrutura física, elétrica, hidráulica, armários e beliches estragados e em quantidade insuficiente.

Os estudantes que organizam-se em busca de resoluções dos problemas da casa acreditam que os tantos problemas existentes nesta instituição são decorrentes dos descasos das autoridades "responsáveis"; são elas: Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Prefeitos da região, já que todos os residentes são oriundos dos municípios da região, também o Reitor da

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), a qual não dispõe de residência universitária e que se omite de ajudar na manutenção da casa.

Em discussão, os estudantes decidiram que a partir de então irão lutar de forma enérgica por melhores condições da Casa, pois já estão cansados de ser enganados com falácias das autoridades "responsáveis" e de continuarem convivendo com os sérios problemas que afetam todos os residentes.

**60 anos do assassinato de Trotsky
Palestra e Debate
Procure com o distribuidor deste jornal a data e local dessa atividade nacional do PÔR**

**Obras Completas de G. Lora
Temos até o volume 52 (História dos partidos políticos na Bolívia)**

Solidariedade internacional à dirigente sindical dos professores de La Paz (Bolívia) e militante do POR boliviano, Vilma Plata, contra o objetivo do governo de colocá-la na prisão!



A dirigente da Federação dos Professores de La Paz e militante do POR, Vilma Plata.

O Partido e sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação, escrito por Guilherme Lora iniciado no Massas n.º 160

Manual do Organizador Organização e Mudança da Situação Política (2ª Parte)

A passagem de um período de clandestinidade e de recuo das massas para outro de afrouxamento das medidas repressivas e de iniciação do ascenso revolucionário exige que se operem ajustes organizativos imediatos. Estará ocorrendo uma mudança na situação política e corresponde então colocar em vigência linhas adequadas tanto políticas como organizativas, isto para evitar que as massas em processo de radicalização passem por cima do partido e este se converta em uma seita inoperante.

O que ocorre na Bolívia, em finais de 1977, ilustra isto. Há uma evidente mudança na situação política, determinada tanto pelas massas como pelo governo (representante dos setores burgueses mais reacionários, e não do militarismo em abstrato, como sustentam alguns), cada um a seu modo e buscando objetivos diferentes, pressionaram poderosamente para impor a vigência das normas democráticas. Não é preciso mencionar que o fato decisivo constitui o início indiscutível do ascenso das massas e a perspectiva de que estas ganharão sempre posições mais avançadas, o que não significa que sigam

sempre uma linha reta, de que não ocorram avanços e retrocessos. Sem dúvida, o Partido analisou o poderoso processo muito detidamente e de forma correta nas suas linhas gerais, mas não ocorreu nenhuma mudança coerente em matéria organizativa, que lhe permitisse garantir posto de direção política das massas, segue aplicando por inércia normas caducas e, se o faz, é de forma mecânica. A virada da situação política nos obriga a contrastar a forma rotineira com que a militância trabalha cotidianamente e também os organismos de direção, com a surpreendente atitude das massas e com a nada usual modificação do panorama político, ou melhor, das ruas.

Não é suficiente a discussão sobre o momento político, é preciso complementá-la com a discussão sobre as profundas modificações organizativas que a nova realidade impõe e que começamos a viver.

Esta discussão tem de ser realizada de forma coletiva por todo o Partido, desde as células até a direção. O tema mais atual é o de pôr em pé uma organização partidária que corresponda ao vigoroso ascenso revolucionário, que seja capaz de se desenvolver com desenvoltura e de se transformar numa efetiva direção para a nova situação.

É fácil perceber que nossos enunciados políticos podem terminar ficando no ar, se já não estão. Este também é o caminho pelo qual o partido pode se transformar em um grupo de discutidores e sem objetivo fixo, totalmente à margem do que dizem e fazem os explorados, à margem da história. Nossa finalidade no momento é a de nos ligarmos ferreamente às massas, penetrar no seu seio, organizá-las e dirigi-las nos combates que já se realizam e nos que se perfilam no horizonte. Em outras palavras, objetivamos que nossas idéias, cujo acerto foi abundantemente provado, se convertam em força material para dirigir as massas. Essa tarefa, conforme nos ensina a história boliviana e internacional, só poderá ser cumprida por um poderoso Partido, que é a vanguarda proletária da classe operária devidamente estruturada. Para poder organizar as massas para vencer as batalhas futuras, é necessário que os revolucionários se organizem devidamente no calor da luta de classes. Neste momento não há outra tarefa prioritária para o POR, a não ser efetivar-se como uma poderosa direção política da nação oprimida pelo imperialismo, pois esta maioria será a protagonista da revolução em nosso país.

Palestinos prometem declarar seu Estado em setembro

As negociações entre os dirigentes israelense e palestino nos Estados Unidos fracassaram. A intenção norte-americana era estabelecer um acordo que preservasse a submissão da nação palestina a Israel, que nada mais é que um enclave ianque no Oriente Médio. O problema é que essa política depende da colaboração da direção do movimento palestino. Desde há alguns anos, Iasser Arafat vem trabalhando na linha da conciliação com Israel. Aceitou reconhecer a existência do Estado de Israel, abandonou a luta armada, instituiu uma polícia palestina para reprimir os setores mais

radicais da OLP, dentre eles o Hamas.

Mas o resultado dessa política foi o agravamento da opressão israelense contra os palestinos. Estes reivindicam a soberania de sua nação. Sofrem nas ruas com a opressão da polícia israelense, que se choca também com a polícia palestina. Cansados da humilhação sistemática, anunciaram que estabelecerão a partir de setembro seu Estado independente.

O fracasso das negociações nos EUA não significa que Arafat tenha mudado e voltado à linha de confronto com Israel. Prova que não será mais aplicável a polí-

tica de conciliação, que aplicada levaria ao fim da liderança de Arafat. A instituição do Estado Palestino é um avanço, mas na forma montada por Arafat, preserva o Estado de Israel.

A tendência da situação é a de agravamento dos choques e pode-se colocar a retomada da guerra. A libertação dos palestinos do jugo israelense depende da luta antiimperialista e anticapitalista, que passará pela construção de uma nova direção, que se apóie num programa que inclua a destruição do enclave imperialista no Oriente Médio.

Novamente se põe de pé a luta revolucionária do povo boliviano

Dedicamos as próximas páginas do Massas a uma série de artigos sobre a situação na Bolívia, pelo ascenso revolucionário que começa a se retomar.

Destacamos uma entrevista do dirigente porista Guillermo Lora na imprensa burguesa, a luta das nacionalidades indígenas, as manifestações populares contra os aumentos de combustíveis e o balanço do Congresso da COB.

A Luta dos Trabalhadores Bolivianos

Continuamos a mostrar as lutas diárias dos trabalhadores bolivianos contra o governo Banzer

Congresso dos cocaleros

Dia 24 de julho teve início o XVI Congresso Ordinário dos Produtores de Coca da Federação do Trópico de Cochabamba. Terá como objetivo planificar estratégias contra a erradicação de seus cultivos. São 600 delegados se reunindo em Cochabamba para determinar os futuros passos que serão adotados.

O deputado e dirigente cocalero Evo Morales anunciou que no Congresso se delineará uma estratégia para consultar a população cochabambina se está de acordo com o desaparecimento da coca. Evo Morales é um burocrata que procura canalizar a revolta camponesa para o parlamento e instituições burguesas, mas a luta de classe na Bolívia é radical e conduz os oprimidos a lutar diretamente contra o Estado burguês, como temos visto recentemente.

Afirmou que a recessão econômica que atravessa o departamento é produto do "fracasso da política do governo", porque ao impor a erradicação não só se está afetando a sobrevivência dos cocaleros mas de vários setores sociais.

Caminhoneiros ameaçam com bloqueios

As principais rodovias do país serão bloqueadas nesta semana caso o governo não ceda. Os representantes da Confederação de Motoristas da Bolívia e a Câmara Boliviana de Transporte (CBT) reiteraram que se o governo não solucionar os problemas de má conservação da malha rodoviária e atender as outras reivindicações do setor, o bloqueio de rodovias será iminente. Por seu lado, o governo afirma que não permitirá um novo bloqueio. Segundo dados do Serviço Nacional de Rodovias, de um total de 10.401 quilômetros, 54% estão em estado regular, 25% em mal estado e 10%, péssimas condições.

Protestos de ex-servidores municipais pedem troca de prefeito

Os demitidos entraram, em 24 de julho, em greve de fome. Foram demitidos e há 4 meses exigem a saída do prefeito Rolando Castedo de Santa Cruz de la Serra. Este tem 3 processos trabalhistas

nas costas, pelo não pagamento dos benefícios sociais, a volta aos cargos das mulheres grávidas demitidas. Os grevistas afirmam que, caso a greve de fome não consiga levar ao pagamento de seus benefícios sociais e a volta das mulheres grávidas, passarão também a se auto-crucificarem na praça principal junto com suas mulheres e filhos durante a festa do dia do padroeiro da cidade 31 de julho. Como se vê, os processos judiciais pelo não cumprimento dos direitos dos trabalhadores de nada servem. As massas bolivianas já não confiam nas farsas da justiça e se lançam ao combate de rua.

San Matías ameaça com paralisações e bloqueios

Uma Assembléia Cívica, no dia 23 de julho, determinou dar um prazo de 72 horas para a empresa GOB, exigindo que desembolse os recursos da província Angel Sandoval a título de impacto ambiental ocasionado pela instalação do gasoduto (aproximadamente 1,5 milhões de dólares) Se não houver respostas positivas, a população afirma que realizará uma paralisação y bloqueará a rodovia de acesso ao Brasil.

Bolívia

Os challapatenhos levantaram um muro de cadáveres para obrigar as autoridades a responder seus problemas

Até o momento a montanha de palavrões (apresentadas como receitas infalíveis)

que ofereciam as autoridades para curar a raiz dos males e as lutas sangren-

tas entre si das etnias nativas foram levadas pelo vento num instante, pois não

eram mais que fogo-fátuo

Experiência Vivida

A classe dominante e seus lacaios se esforçam para que todos acreditem que a Bolívia é uma democracia burguesa perfeita e que forma uma unidade perfeita.

A verdade é diferente: uma minoria de exploradores e opressores, que manejam em seu próprio interesse o aparato repressivo estatal, vivem e engordam asentados nas nacionalidades de aimaras, quíchuas, tupi-guaranis etc., subjogadas. Bolívia não tem sequer um mercado interno amplo que unifique as numerosas nacionalidades indígenas (muitas em sua desagregação se confrontam como etnias).

Devemos nos perguntar: por que as nacionalidades Laimes, Jukumanis etc. estão imersas em uma guerra interminável? A sede de sangue de Pachamama (não esqueça que, como oferenda, se de-

capita lhamas e se enterra seus órgãos quando inicia uma construção) se manifesta também quando os guerreiros arrancam e chupam o sangue do coração palpitante do guerreiro caído em combate, isto para ter mais valentia?

Impossível extirpar raízes culturais tão profundas

Essa cultura é a projeção da longa vida que levaram as nacionalidades oprimidas em seu momento e logo após desintegradas. A rebelião contra a opressão e o empenho por se incorporar sobre o inimigo do momento, esta é sua cultura, que se concretiza nos objetivos imutáveis da libertação nacional e da reconquista da terra que foi usurpada deles ao longo do tempo. A tudo isto se soma a miséria que lhes foi empurrada pelo remedeo de república que seguem suportando. À sua luta ancestral, acrescenta-se o objetivo de usar a guerra para

superar de alguma forma sua situação miserável.

Já sabemos o que farão as autoridades

As mais temerárias podem atrever-se a desenvolver um plano para acabar com as etnias por meio de um mar de sangue.

As outras se conformarão em imobilizar com a presença de grandes contingentes policiais, sempre que a miséria desesperante do atual governo os permitia.

Não devemos duvidar que o pretexto da guerra camponesa servirá de cortina de fumaça para que as autoridades governamentais encham os bolsos fazendo mal uso do dinheiro que com certeza pedirão aos governos, empresas e entidades de caridade do exterior

(extraído do Masas boliviano n.º 1720 de 30/06/00)

Bolívia:

Temos de salvar a direção cobista da burocratização, do colaboracionismo e da estatização burguesa

Onde está o programa da revolução proletária?

COB como órgão das massas

A Central operária Boliviana é o órgão (mais frente antiimperialista, mais soviete do que simples sindicato) das massas, que agora estão radicalizadas, mobilizadas, donas das ruas e das estradas.

Por isto mesmo o sangue e os nervos dos explorados e oprimidos estão de costas para a burocracia sindical, pró-oficialista da burguesia, servente do imperialismo e do governo fascista.

A COB vive e luta através do combate das massas, da marcha até a conquista do poder.

A classe dominante e seu governo do momento acreditam que sua felicidade está na estatização da Central. O grosso das massas se encaminha para afirmar a COB como o canal e o instrumento da revolução proletária, encarnada na nação oprimida pelo imperialismo.

As massas tensas e em luta estão aí, a

essência da Central atua e busca a sua verdadeira direção que encarne a política revolucionária do proletariado, a linha mestra das "Teses de Pulacayo".

Primeiro o programa

A experiência ensina que a luta de massas será em vão se não conta com uma clara finalidade estratégica (a revolução e ditaduras proletárias), com um programa que encarne a revolução social.

Temos de libertar não somente a classe operária, mas também a toda a sociedade, os explorados e oprimidos, os camponeses, os setores empobrecidos e explorados da classe média, enfim o assalariado.

A finalidade estratégica condiciona a tática, os métodos de luta. Para que triunfe a revolução social deve se assentar na frente antiimperialista sob a direção política da classe operária.

A ação direta é o método de luta da revolução proletária e o oposto do parlamentarismo, do colaboracionismo clas-

sista, do legalismo, do cogoverno, enfim, do pacifismo e das negociatas intermináveis com o governo ou com a burguesia.

Luta armada, não parlamento

Nossa luta atual para ser vitoriosa tem de desembocar na insurreição, na luta armada para derrotar o governo burguês e para que sobre suas cinzas se construa o governo operário e camponês.

A política militar do proletariado se concretiza na conquista da melhor parte das forças armadas e da polícia para a causa revolucionária e desta forma o povo poderá se armar.

E a direção revolucionária da COB? Ela se construirá, da mesma forma que o programa, a partir das bases de explorados e oprimidos que atualmente já estão lutando nas ruas e estradas. Aí poderá crescer uma poderosa COB.

(extraído do Masas boliviano n.º 1721 de 07/07/00)

Bolívia:

Como superamos a crise de direção das massas?

Salvar a Central operária Boliviana

As massas, a nação oprimida pelo imperialismo, estão nas ruas combatendo, gritando seu repúdio à política anti-nacional e de fome do governo e de toda a burguesia.

Vivemos uma situação revolucionária que se projeta para a insurreição.

O comando cobista não aparece, está ausente do cenário. Sua profunda crise não lhe permite atuar.

É o momento de assinalar a saída da crise de direção da maioria nacional

De onde tirar a direção cobista?

Do seio das massas de explorados e oprimidos, que vão se incorporando ao

estado maior do exército revolucionário (explorados e oprimidos)

Isto é possível porque o programa, o eixo da luta, já está colocado.

Temos de lutar pela revolução proletária porque atuamos na sociedade capitalista e seu campo tático é a aliança operária e camponesa, que importa arrastar a maioria nacional para a revolução.

Repudiamos as eleições, e toda as mentiras democratizantes burguesas, nos apoiamos nas batalhas que servirão de base para a construção do novo Estado, do governo operário e camponês,

dos órgãos de poder que levantemos na batalha diária. Seguiremos o caminho traçado pela Assembléia Popular, que apontou para a tomada do poder.

Os dirigentes têm de estar vacinados pelo programa revolucionário. Têm de ser honestos, inteligentes, valentes e puros cristalinamente.

Deve ser imposta a democracia sindical, as decisões devem ser da base, cujas resoluções constituem mandatos imperativos para os quadros dirigentes

(extraído do Masas boliviano n.º 1720 de 30/06/00)

Bolívia:

O POR baluarte imbatível da revolução

A declaração de Guillermo Lora a seguir foi publicada por "Ventana" de "La Razón" de 9 de Julho:

Toda a Esquerda está no neoliberalismo

O veterano líder do POR se mantém imperturbável em sua ideologia e ideais da esquerda. É autor, entre outras muitas obras, das Teses de Pulacayo (1946) que marcou a vida política da Central Operária Boliviana até a aplicação do modelo neoliberal.

"A esquerda boliviana, se se excetua o Partido Operário Revolucionário, está toda ela no neoliberalismo, na direita e com posturas democratizantes, em um país em que nunca houve, nem nunca poderá haver, democracia burguesa."

"A esquerda boliviana tem a mesma origem, incluindo o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), os Partidos Comunistas, Maoista, que se nutrem da raiz estalinista."

"Como a Bolívia é um país atrasado com pouca indústria e proletariado reduzido, o estalinismo sustenta que somente poderá se dar uma revolução democrática, ou seja, não uma revolução proletária, mas uma feita pelo que cha-

mam de aliança de classes sociais, como continua dizendo o MNR."

"Como aqui não existe uma burguesia progressista, nacional (assentada na indústria pesada), a que atua na economia e na política é miserável e servente do imperialismo; aqui os milionários aparecem algumas vezes com o narcotráfico e outras embolsando o dinheiro que vem do exterior como esmola, atualmente das multinacionais. Na Bolívia, o que não tiver o carimbo dos Estados Unidos estará condenado a desaparecer. Não existe nenhuma possibilidade de que esta burguesia possa desenvolver integralmente o país na perspectiva capitalista e de forma soberana."

"Não há tempo para que Bolívia possa alcançar um alto nível de desenvolvimento capitalista, é muito tarde. A sociedade burguesa vai marchando para a barbárie, destruindo as próprias conquistas que realizou".

"Masas" e Política

No "La Prensa", há um tonto que se atreve a incursionar autocriticamente no campo marxista. Agora o faz em torno de um tema em que demonstrou uma grande ignorância.

Começa metendo no mesmo saco o

"Masas", Órgão Central do POR (marxista-leninista-trotskyista), com outros periódicos das tendências e classes sociais mais diversas. O que se diz sobre o periódico do POR não pode ser aplicado a grupos aventureiros, nacionalistas, reacionários etc.

"Masas" é a expressão de uma política elaborada coletiva e autocriticamente, no seio do partido, de suas células que vivem e lutam no seio das massas, por isto podem revelar as leis da história que encarnam na classe operária (força de trabalho). "Masas" é o organizador que leva a política partidária. A resposta a todos os problemas, aos estratégicos é táticos, que necessariamente são elaborados coletivamente. A democracia interna mais ampla, sintetizada na autocrítica, quer dizer elaboração coletiva partidária, que tem de chegar às massas como expressão única. O POR é o Estado Maior do Exército Revolucionário, ideologicamente frente à política burguesa. "Masas" é o poderoso instrumento para penetrar nas massas, para educá-las e organizá-las. Nossa história confirma o que dizemos".

(extraído do Masas boliviano n.º 1722 de 14/07/00)